



# Um novo problema para os índios: A BARRAGEM

Apesar das obras de construção de barragem de contenção de cheias, no rio Itajaí do Norte, já estarem bastante adiantadas, prevendo-se para meados do ano que vem sua conclusão, até agora não se tem uma definição de como serão indenizados os índios da reserva de Ibirama, que terão 800 hectares de suas terras inundadas.

O problema está sendo discutido entre a direção geral do Departamento Na-

cional de Obras de Saneamento e a Fundação Nacional do Índio (Funai), e segundo o diretor do DNOS de Santa Catarina, Aurélio Carlos Remor, a resposta ao problema virá "dentro de alguns meses".

A reserva de Ibirama tem cerca de 14 mil hectares, mas é dentro da área de 800 hectares que será inundada que estão localizadas a maioria das casas ocupadas pela famílias indígenas, que também deverão ser indenizadas. Sua realocação em outra

área, distante da lagoa a ser formada pela barragem, implica ainda na construção de uma outra estrada pelo DNOS.

Mas os índios de Ibirama têm ainda outra indenização a receber do DNOS. E que, quando da enchente ocorrida no dia 6 de outubro do ano passado, quando rebentou uma das secadeiras da barragem, estas mesmas casas foram atingidas, provocando danos consideráveis. Os índios aguardam até hoje que o DNOS cubra estes danos.

## TERRAS OU DINHEIRO

Seu Lino, um dos habitantes da reserva cuja casa

está dentro da área a ser inundada pela barragem, tem uma importante reclamação a fazer: "todos os índios são contra a inundação destas terras. Mas o estranho é que ninguém consultou o índio sobre a construção da barragem. Ninguém falou com ninguém, e esta terra pertence aos índios".

Continua Lino: "só falamos com o doutor Aurélio em dezembro, depois da enchente. Ai é que nos falaram em indenização. Mas até agora ficaram na promessa".

Ele foi informado de que são duas as soluções possíveis para indenizar os índios

de Ibirama. A permuta por uma área equivalente à que será inundada pelo DNOS, ao lado da reserva, ou então, indenização em dinheiro. E seu Lino tem opinião firmada a respeito: "o melhor é dinheiro".

"Aqui perto não existe terra devoluta do tamanho e da qualidade da que vai ser inundada. As boas terras são todas propriedades de alguém. Fiquei sabendo que eles pretendem fazer a troca com a terra que existem lá pra cima dos morros, mas elas não valem a pena. A terra a ser trocada teria que ser igual ou melhor a esta que vamos perder".

Lino afirma que "de

qualquer maneira os índios vão sair no prejuízo. Então, o melhor seria a indenização em dinheiro. Este dinheiro, bem aplicado, poderia ser de grande benefício para a comunidade".

Ele lembra ainda que "na verdade são três anos de prejuízo que já tivemos, porque ninguém tem vontade de desenvolver lavoura ou fazer melhorias numa terra que todo mundo sabe que será inundada. Por outro lado, enquanto não houver estrada, não podemos sair daqui e ir morar no meio do mato".

O dinheiro da indenização poderia ser usado, exemplificou Lino, para desenvolver

a lavoura dentro da reserva, "já que nunca tivemos recursos para isso", ou para dar boas condições de saneamento às casas que serão relocalizadas em outra área.

## O ÚNICO CARRO

Mas Lino tem outra preocupação, além da indenização das terras a serem inundadas. Ele quer saber quando serão indenizados os danos causados pela enchente do dia 6 de outubro do ano passado, quando rebentou uma das secadeiras da barragem.

"Já ficamos debaixo d'água aqui, no dia 6 de outubro, quando houve aquela enchente grande. Eles prometem indenizar a gente,

mas até agora não indenizaram ninguém". Ele conta que quando ocorreu a enchente, a água chegou a mais de um metro, dentro das casas, e que as lavouras foram destruídas. "Eles vieram aqui, fizeram um levantamento dos estragos, disseram que iam pagar dentro de 60 dias, até hoje estamos esperando".

O único carro que existia na reserva, e que servia também para atender qualquer emergência, pertencia ao Lino.

Era a velha Rural Willis, e não existe mais. "Meu carro ficou inteiramente debaixo d'água, e depois disso nunca mais andou".

## Em pauta, o direito do índio. Mas ele ainda é respeitado?

A construção pelo DNOS de uma barragem de contenção das cheias do Vale do Itajaí a apenas dois quilômetros abaixo da reserva indígena de Ibirama foi classificada no primeiro dia do ciclo de palestras denominado a "Semana do Índio" pelo professor Silvio Coelho dos Santos da UFSC como "uma decisão extremamente unilateral tomada por dois órgãos do Ministério do Interior: DNOS e FUNAI".

Este ciclo de palestras e debates com o tema: "O Direito dos Índios" está sendo promovido pela APUFSC, Departamento de Ciências Sociais da UFSC e pela Associação de Apoio ao Índio (ANAI), núcleo de Florianópolis. Tem término previsto para hoje às 20:00 horas no auditório do Centro Arquidiocesano de Pastoral quando diversos índios Xokleng e Kaingang proferirão palestras.

O professor Silvio Coelho dos Santos falou no primeiro dia sobre a situação dos Índios do Sul perante a questão de barragens.

"O controle das cheias e a escassez de energia estão motivando a construção de barragens. No Rio Itajaí se constrói uma barragem de contenção das cheias, no rio Iguçu a Eletrosul está construindo a barragem de Salto Santiago ao tempo que estuda a utilização de todo o potencial energético da Bacia do Rio Uruguai.

No caso particular de Ibirama o professor Silvio Coelho dos Santos disse:

— Uma barragem de contenção das cheias no Vale do Itajaí está em construção pelo DNOS a apenas dois quilômetros abaixo da reserva indígena de Ibirama. Esta barragem formará um lago no território indígena que obrigará os índios a se transferirem para outro local. Como o vale onde estão é pequeno, eles terão que ficar em encostas íngremes da Serra Geral além de perderem suas roças, lavouras e casas.

O grande problema subjacente a esta questão de construção de barragens no Sul que alagam as terras indígenas, disse o professor Silvio, está no processo de decisão extremamente unilateral tomado pelo DNOS órgão do Ministério do Interior juntamente com a FUNAI, também do Ministério do Interior e responsável pela tutela dos indígenas.

— Efetivamente, há aí uma interpretação errônea, desonesta e unilateral dos preceitos legais que regem os direitos dos Índios do Brasil, como o Estatuto do Índio e aqueles preceitos que estão na Constituição, disse o professor Silvio.

"Os índios de Ibirama têm um título de posse da terra expedido pelo IRASC e registrado no Cartório de Ibirama. É processo de venda da terra pelo Governo de Santa Catarina aos índios Xokleng e tende apenas como interveniente no negócio o antigo Serviço de Proteção ao Índio. Não há dúvida jurídica nenhuma que os índios são proprietários da terra e de uma forma comunal, eles têm um condomínio, uma terra em condomínio.

No entanto, a FUNAI ao acertar com o DNOS a utilização da terra indígena de Ibirama não levou em conta os direitos dos índios, não consultou ninguém e não fez nenhum plano para assistir aqueles índios atingidos pela construção da barragem.

Continuando sua palestra o professor Silvio Coelho falou sobre a preocupação da ELETROSUL em aproveitar totalmente o potencial energético do Vale do Rio Uruguai. Para tanto, a ELETROSUL procurou a UFSC com intuito de firmar um acordo sobre a confecção de um projeto que levantasse as consequências às populações indígenas da construção da hidrelétrica.

— O projeto foi encaminhado a FUNAI pela UFSC e pela ELETROSUL. Contudo a FUNAI até hoje não comunicou o recebimento o do mesmo, disse o professor.

## INSEGURANÇA

Outra palestrante foi a professora Alcida Rita Ramos da UFSC que discorreu sobre o atual clima de insegurança em que vivem os grupos indígenas hoje em todo o Brasil, devido a política de descentralização da FUNAI. A professora defendeu a implantação do Parque de Ianomami que abrigará 9.000 índios.

O terceiro palestrante do primeiro dia de palestras sobre "O Direito dos Índios" foi o professor Luiz Carlos Halpapp, do Departamento de Ciências Sociais da UFSC.

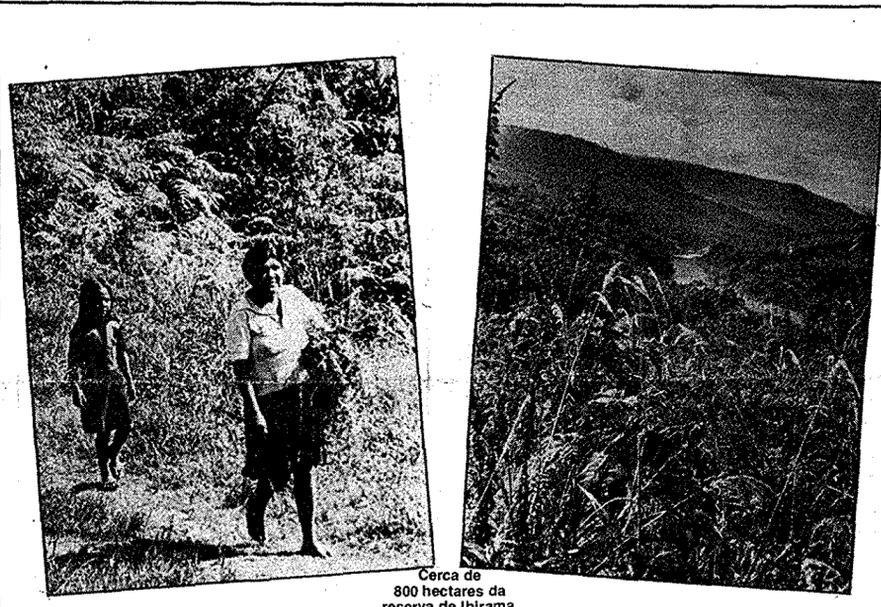
O professor disse que a Funai tem tentado modificar o sistema de propriedade comunal dos índios brasileiros para um sistema de propriedade capitalista. Essa mudança, disse o professor Halpapp será um desrespeito aos direitos dos índios.

— O índio para viajar tem que pedir autorização a um funcionário da FUNAI, em flagrante desrespeito ao direito de ir e vir, explicou Halpapp.

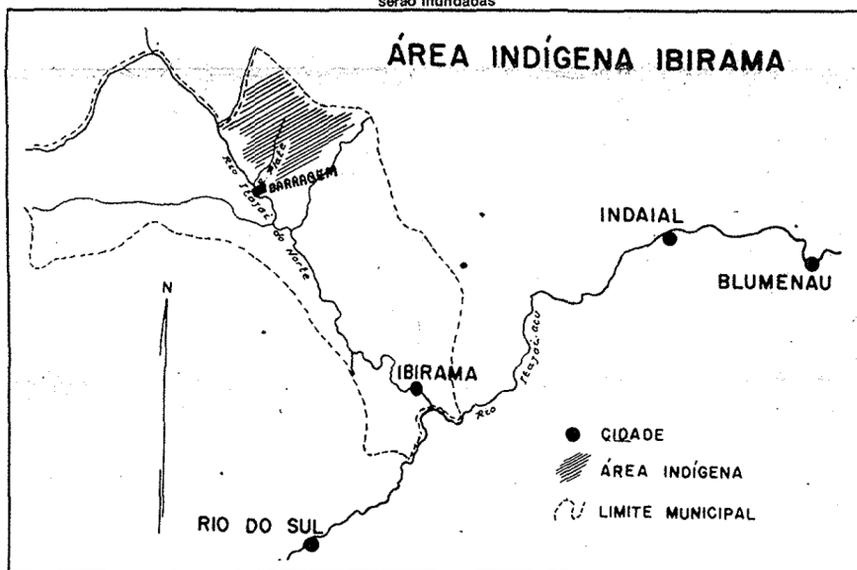
Finalmente, Milton Beck, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio, núcleo de Florianópolis, denunciou que "os índios de Ibirama estão abandonados pela Funai e se degradam entre dois grupos".

— Muitas crianças índias estão caminhando cerca de 15 quilômetros para ir à escola por falta de professores no grupo escolar mais próximo. Há um posto médico fechado sem nenhum atendimento adequado. Nem a FUNAI nem o DNOS, que está construindo uma barragem, tem dado resposta aos nossos pedidos de auxílio e informação, disse Milton Beck.

Todos os palestrantes fizeram um apelo para que as pessoas se conscientizem da problemática das populações indígenas do Brasil.



Cerca de 800 hectares da reserva de Ibirama serão inundadas



Até este local, a água atingiu, quando da enchente de outubro



Sem muitas opções, os índios esperam uma definição.



Na Ufsc, palestras e críticas a atuação da Funai

## DNOS promete pagar indenização "como eles quiserem"

As apreensões de Lino e dos outros índios da reserva de Ibirama, quanto à indenização pelo DNOS das terras a serem inundadas pela barragem do rio Itajaí do Norte, parecem se desvanecer no sorriso afável e profissional de Abigail Freitas Wolk, procuradora daquele órgão, em Santa Catarina.

Com muita tranquilidade ela vai explicando: "é nossa intenção fazer com que os índios saiam deste processo em situação melhor do que a que estavam". Mas lina também que a procuradora geral do órgão com a Funai, o que foi confirmado pelo diretor do DNOS em Santa Catarina, Aurélio Carlos Remor: "quem resolve são eles, nós apenas acompanhamos o processo e damos sugestões".

Mas a tendência, segundo Abigail, é de que a indenização seja feita em dinheiro. "Nossa primeira idéia era de dar aos índios uma área também de 800 hectares, ao lado da reserva, mas depois eles estiveram aqui e falaram da conveniência de receber em dinheiro. Para nós, tanto faz".

Ela lembra entretanto que há divergências entre os próprios índios da reserva sobre o assunto, "e nós estávamos aguardando também a decisão deles". Além de esperar a visita de alguns representantes dos índios de Ibirama no decorrer desta semana, "porque eles devem vir a Florianópolis por causa da Semana do Índio", Abigail tem outra novidade: "estamos aguardando também, em breve, a visita do pessoal da Funai para fazer-mos uma reunião com eles e com os representantes do Conselho Indígena de Ibirama, para acharmos um denominador comum".

O processo referente a indenização está no Rio de Janeiro, e o orçamento feito engloba, além dos 800 hectares de terra, 58 casas de madeira, "todas com cerca de 50 metros quadrados", uma escola de alvenaria, uma enfermaria completamente equipada, "e mais as obras de infraestrutura, como a estrada e a rede elétrica".

## MADEIRA FICA

O sonho dos madeireiros instalados na região de Ibirama, que sempre ambicionaram as árvores localizadas dentro da reserva índia, como atesta a necessidade de intervenção do próprio exército e da Polícia Federal, há poucos anos atrás, para conter a derrubada clandestina no local, de concorrência pública para o aproveitamento da madeira existente na área que será inundada terá que ser esquecido.

Apesar dos rumores que correm na região, que dizem inclusive que a concorrência já deveria ter sido aberta, a procuradora do DNOS, dona Abigail, é taxativa: "está completamente afastada a hipótese desta concorrência, e as árvores vão ficar no lugar em que estão atualmente".

Segundo ela o DNOS fez uma consulta ao IBDF, e a conclusão a que se chegou é esta: as árvores ficam no local, para prevenir enchentes, e para uso dos proprietários índios.

E ela aproveitou ainda para dar uma outra boa notícia aos índios de Ibirama. "As casas que iremos indenizar, serão casas completamente novas, e do material das antigas, localizadas na área de inundação, os índios podem fazer o que bem entenderem".

## Em Brasília, a reestruturação da Funai

Brasília — A reestruturação administrativa da Fundação Nacional do Índio foi assinada, ontem, pelo presidente Figueiredo e baseia-se fundamentalmente em montar em Brasília uma "direção centralizada" e no interior do país a execução de programa específicos, de forma descentralizada. A reestruturação foi divulgada, ontem, pelo Ministro do Interior, Mario Andreazza, e o presidente da Funai, Coronel Nobre da Veiga, numa comemoração antecipada do dia nacional do índio, que será amanhã.

Tanto o Sr. Mário Andreazza como o coronel Nobre da Veiga, em seus pronunciamentos no auditório da Funai — não havia nenhum índio presente — firmaram o propósito de cumprir a legislação vigente, dando prioridade a demarcação das terras indígenas. O Ministro do Interior disse que, dos 17 órgãos subordinados a sua pasta, a Funai foi a mais beneficiada com o orçamento para este ano: de Cr\$ 268 milhões do ano passado, subiu para Cr\$ 881 milhões; destes, Cr\$ 252 milhões deverão ser aplicados somente na demarcação de terras.

Considerando que a administração da Funai estava "muito tumultuada" com atribuições executivas de quatro órgãos existentes em Brasília — Departamento Geral do Patrimônio Indígena, Departamento Geral de Operações, Departamento Geral de Projetos Comunitários e Departamento Geral de Administração — a reestruturação, segundo o titular do órgão, criou uma Superintendência administrativa e uma Assessoria de Planejamento; uma Diretoria Executiva e órgãos descentralizados nas administrações regionais.

— Qualquer que seja o modelo escolhido — afirmou o Coronel Nobre da Veiga — a atual reestruturação exigirá como mudança de perfil a ênfase na qualificação de pessoal, abrangendo desde os níveis mais baixos de execução aos mais elevados níveis de direção. "Numa estimativa prévia, calcula-se que o quadro de funcionários da Funai subirá de 2500 funcionários para 5.200.